

CORREIO NACIONAL



Ricardo Stuckert/PR

Conquista reafirma Brasil como protagonista

Acordo entre UE e Mercosul fortalece soberania do SUS

O acordo entre a União Europeia e o Mercosul, anunciado na última sexta-feira (6/11) na Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, representa uma conquista histórica para o Brasil ao preservar o poder de compra do Sistema Único de Saúde (SUS).

A revisão liderada pelo presidente Lula – alterando termos considerados inaceitáveis discutidos em 2019 – garantiu que a saúde brasileira não se limite ao papel de consumidora, mas impulse

a inovação e a produção nacional, reafirmando o compromisso do Governo Federal com o SUS como motor de desenvolvimento econômico e social. “Essa conquista reafirma o papel do Brasil como protagonista em saúde pública global. A liderança do presidente Lula foi decisiva para transformar o acordo em uma oportunidade de desenvolvimento tecnológico, redução de desigualdades e avanço na soberania do SUS”, destacou a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Câmeras corporais

Nove unidades federativas que participaram do edital da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram selecionadas para receber recursos do valor total de R\$ 102 milhões, destinados à aquisição de câmeras corporais para as Polícias Militares. A partir de

agora, as propostas habilitadas — São Paulo, Acre, Alagoas, Distrito Federal, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima — passarão pela etapa mais relevante do processo, que é a análise de mérito, e deverão seguir as diretrizes e a norma técnica do MJSP, lançadas em maio.

Programa Escola em Tempo integral

Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), divulgou nesta sexta-feira, 6 de dezembro, o balanço de pactuações para o ciclo 2024-2025 do Programa Escola em Tempo Integral. Segundo o levantamento, 4.910 (87,8%) das 5.595 redes de educação estaduais, dis-

trital e municipais pactuaram matrículas de tempo integral. Apesar de 2024 ter sido ano de eleições municipais, que sempre trazem grandes desafios para os governos locais, os entes subnacionais conseguiram pactuar 943.125 novas matrículas em tempo integral.

Programa de formação docente

O Ministério da Educação (MEC) vai apresentar os resultados do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com Ênfase na Educação Integral (Prilei). O evento, que acontecerá entre 9 e 10 de dezembro, será realizado na sede do MEC,

em Brasília (DF), com transmissão on-line para todo o país pelo canal do MEC no YouTube. Além da apresentação dos resultados de implementação da política, haverá no evento uma exposição de banners com trabalhos dos alunos, assim como uma apresentação do coral do MEC.

Reconstrução da Funai

A presidente da Funai, Josenia Wapichana, reforçou a importância do trabalho e defendeu a valorização dos servidores da autarquia. Na celebração dos 40 anos da Associação Nacional dos Servidores da Funai, na sexta, em Brasília, ela ressaltou a atuação dos funcionários

aposentados. “Os avanços na política indígena que estamos vivendo hoje com uma Funai mais aberta ao diálogo e mais receptiva à gestão indígena é resultado do trabalho dos servidores”, disse a presidente aos servidores aposentados.

Combate a falsificações

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), por meio da Diretoria de Avaliação da Conformidade (Dconf), recebeu nesta terça-feira (3/12) representantes das fabricantes de isqueiros Bic e Cricket, do Polo Industrial de Manaus (PIM).

A reunião teve como objetivo discutir as demandas do setor e buscar soluções para combater a falsificação dos selos de conformidade do Inmetro. Os fabricantes destacaram o impacto das falsificações, que prejudicam a atividade regulamentada da indústria.

Abin comemora 25 anos em meio à reforma

Reestruturação virou meta após ataques de 8 de janeiro

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) completou 25 anos no sábado (7). A efeméride coincide com a ênfase do governo federal na “reformulação abrangente” não só do órgão responsável por fornecer ao presidente da República e aos ministros de Estado informações e análises confiáveis sobre temas sensíveis e estratégicos, como de todo o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

“Diante do desafio transnacional representado pelo avanço da criminalidade organizada, do extremismo violento e do caos informacional, nosso Sisbin precisa ser reorganizado e nossas instituições civis de inteligência precisam ser fortalecidas”, sustenta o diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, no livro *Inteligência na Democracia: desafios e perspectivas para a Agência Brasileira de Inteligência*, lançado para marcar o quarto de século da agência.

Segundo Corrêa, a reestruturação do Sisbin tornou-se uma meta de governo após ataques extremistas às sedes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em 8 de janeiro de 2023. Projeto de reformulação começou a ser colo-



Reprodução

Reestruturação virou meta do governo após ataques de 8 de janeiro

cado em prática já em março do ano passado, quando o Palácio do Planalto transferiu a Abin para a Casa Civil, motivou a reformulação do Sisbin, em setembro do ano passado e está subsidiando a revisão da Política Nacional de Inteligência e da Estratégia Nacional de Inteligência, conforme proposta em debate no âmbito do Conselho Consultivo do Sisbin.

As mudanças na Abin estão escoradas em três pilares: re-

direcionamento, ou seja, uma revisão dos objetivos estratégicos da agência, alinhando-os com as novas realidades e desafios nacionais e internacionais; reorganização, que busca melhorar a eficiência operacional e a capacidade de resposta do órgão, e, por fim, o reposicionamento, para ampliar a transparência e a integração entre os profissionais de carreira da inteligência e outras áreas do governo federal e da sociedade.

Já a reorganização do Sisbin se dá em torno de quatro eixos: o fortalecimento da Abin, cujas obrigações enquanto órgão central do sistema foram redefinidas; o reposicionamento do Consisbin enquanto instância consultiva de alto nível e de supervisão da atividade nacional de inteligência e o reordenamento dos órgãos que já integram o Sisbin, classificando em categorias, conforme suas competências e características.

Servidores tem a jornada reduzida

Agência Gov

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, nesta sexta-feira, a Instrução Normativa (IN) nº 190/2024, da Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), que regulamenta a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra na administração pública federal. A medida, prevista no Decreto nº 12.174/2024, tem como objetivo melhorar as condições de trabalho de trabalhadores terceirizados.

Os primeiros serviços contemplados pelo normativo são apoio administrativo, técnico em secretariado, secretariado, técnico em arquivo, lavador de automóveis e jardinagem. Mesmo que o título do serviço no contrato seja diferente dos relacionados na IN, a redução será obrigatória sempre que as atividades contratadas estiverem alinhadas com essa lista e com as descrições da Classificação Bra-



Encontro de servidores do Planalto com Lula e ministra

sileira de Ocupações (CBO).

De acordo com a base de dados da Controladoria Geral da União (CGU), dos cerca de 73 mil terceirizados da Administração Pública Federal, 9.100 fazem parte das categorias contempladas, inicialmente, pela redução da jornada. A norma prevê a inclusão de novas categorias oportunamente, após análise da implementação dessa fase inicial. A expectativa é que essa medida não gere necessidade de contratação adicional de

pessoal.

“Com a publicação desta terceira instrução normativa, damos mais um passo importante na regulamentação do decreto que busca ampliar a proteção e melhorar as condições de trabalho dos prestadores de serviços terceirizados na administração pública. Essa medida não apenas moderniza os contratos administrativos, mas também fortalece as relações trabalhistas, garantindo um ambiente mais justo para os tra-

balhadores que desempenham funções essenciais no serviço público”, afirmou Kathyana Buonafina, secretária adjunta de Gestão e Inovação.

A primeira IN, publicada em setembro, estabelece procedimentos para compensação de jornada de trabalho em contratos federais de serviços terceirizados. A segunda, publicada em novembro, prevê regras para a adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração.

A nova Instrução Normativa define critérios claros para a aplicação prática da redução da jornada e também traz as exceções. Serviços realizados regularmente aos sábados ou domingos, de forma intermitente, ou em escalas de revezamento, como “12x36” ou “24x72”, não serão afetados pela mudança.

Para garantir a conformidade com a nova regra, os contratos em vigor deverão ser ajustados por meio de termos aditivos.

STF

STF mantém prisão preventiva de vereador eleito

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve nesta sexta-feira (6) a decisão que determinou a prisão preventiva de Thiago Alack de Souza Ramos, o Thiago Baly, vereador eleito de São Sebastião (SP). A medida foi decretada pela Vara Criminal da Comarca de São Sebastião em investigação que apura suposta atuação do vereador como mandante de um homicídio qualificado. O caso chegou ao Supremo por meio do Habeas Corpus (HC) 248933, apresentado pela defesa do vereador eleito contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça que também manteve a ordem de prisão preventiva.

STJ

Suspensa decisão que impedia deportação

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, acolheu pedido da União e suspendeu a liminar do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) que proibia a deportação de imigrantes ilegais retidos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

Na decisão, o ministro levou em consideração o grande número de pessoas que utilizam o Brasil apenas como corredor de passagem para outros países, a impossibilidade de manter os imigrantes aglomerados no terminal aeroportuário e os riscos sanitários e de segurança que eles podem representar à sociedade.

TSE

Relatório de Avaliação das Eleições 2024 na segunda

Os presidentes dos tribunais regionais eleitorais (TRES) do país reúnem-se, na próxima segunda-feira (9), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob a presidência da ministra Cármen Lúcia, para a apresentação da avaliação das Eleições Municipais de 2024. O evento será a partir das 17h, no Auditório I do edifício-sede do TSE, em Brasília (DF).

A presidente do Tribunal, ministra Cármen Lúcia, fará a divulgação do resultado da análise dos dados essenciais do pleito deste ano.

O Relatório de Avaliação das Eleições 2024 reúne os itens do processo eleitoral que foram objeto de estudo.

TCU

“Mulheres na Liderança” finaliza o ano de 2024

O Programa de Intercâmbio em Controle e Gestão Pública do Tribunal de Contas da União, edição “Mulheres na Liderança”, finalizou as atividades de 2024 com o término da etapa presencial, realizada em Brasília, de 25 a 29 de novembro. A iniciativa pioneira busca promover a troca de experiências entre mulheres líderes, disseminar boas práticas de gestão e fomentar a equidade de gênero em instituições de controle. Neste momento, o programa entra na fase de consolidação, prevista para fevereiro de 2025.

A segunda edição do “ProInter Mulheres na Liderança” teve início em 4 de novembro.